

**EVOLUÇÃO DA ECONOMIA E DA RIQUEZA
NA COMARCA DO RIO DAS VELHAS – CAPITANIA DE MINAS GERAIS,
1713 – 1763**

Beatriz Ricardina Magalhães¹
Vera Alice Cardoso Silva²
Ana Luiza Castro Pereira³
Gilson Brandão Cheble⁴

Cumpre iniciar a divulgação deste trabalho de pesquisa com esclarecimentos relativos à natureza dos dados que o fundamentam e à metodologia utilizada para analisá-los.

Todos os quadros e gráficos foram construídos com dados armazenados no *Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII*¹.

Como o trabalho foi concebido como meio de experimentar e divulgar as possibilidades de uso desta fonte de referência, documentos cartoriais, para o estudo da história da Capitania de Minas Gerais, optou-se por um tema que tem alimentado certa polêmica historiográfica relativa à estrutura da economia desta região no século XVIII, bem como tem produzido pesquisas pontuais relativas à sua dinâmica².

Dentre os significativos estudos recentes destaca-se o de João Luís Fragoso, onde o autor considera uma dinâmica interna específica para além das características estruturais geralmente apresentadas, em que ocorrem “*outras formas de produção (ao lado da escravista) e um mercado interno, espaço no qual se realizam acumulações endógenas*”³.

O presente trabalho coloca-se na perspectiva dessa polêmica, buscando iluminar aspectos relevantes do processo de mudança nos padrões de investimentos e de composição do patrimônio pessoal, a partir dos quais o referido debate pode ser criativamente retomado. Mas, não se deve perder de vista que o trabalho feito tem

¹ Professora aposentada do Depto. de História UFMG.

² Professora do Depto. de Ciências Políticas UFMG.

³ Assistente de pesquisa.

⁴ Consultor em informática.

também outra motivação, que é a de divulgar o banco de dados que fundamentou o quadro histórico descrito e as conclusões tiradas.

Nessa perspectiva, cabem esclarecimentos relativos ao grau de representatividade empírica dos dados utilizados e ao âmbito de generalização que permitem.

Inventários como fontes de dados para estudos de história econômica.

O inventário é registro oficial do patrimônio deixado por pessoa falecida, do qual consta o tipo e o valor monetário dos bens acumulados ao longo da vida, bem como lista de créditos e débitos pendentes. Este registro é feito por autoridade pública e o documento assim produzido tem valor para definir, em caráter final, o que caberá, por partilha, aos herdeiros, após honrados os débitos com o Estado e com credores particulares.

Em princípio pela própria função social e de controle administrativo, características do inventário, deveria haver um para cada adulto livre, forro e demente (mentecapto) . Se assim fosse, os inventários seriam fonte insubstituível para o estudo do montante da riqueza acumulada por uma dada coletividade, domiciliada numa jurisdição de governo identificada pela estrutura administrativa e judiciária⁴.

No entanto, o número de inventários registrados nos países onde este tipo de documento é usado como fonte de conhecimento histórico não chega, na melhor das hipóteses, a representar um vigésimo da população adulta.

Note-se que esta limitação deve ser avaliada mais refinadamente, levando em conta a parte da população que normalmente seria assim registrada. Trata-se aqui de adultos que acumularam algum patrimônio, que vão deixar como herança. Nos primórdios da expansão capitalista, este grupo compunha-se predominantemente de homens.

Sendo assim, mesmo um número de inventários proporcionalmente pequeno em relação à população adulta pode ser considerado como amostra significativa da composição da riqueza e sua distribuição, considerando-se sociedade e época especificadas.

O melhor meio de se determinar o grau de representatividade dos dados obtidos em inventários consiste na comparação do seu número com o número de adultos falecidos, num corte temporal definido (anos, quinquênios ou décadas)⁵.

No caso do trabalho ora apresentado, esta comparação não foi ainda feita. De fato, o estudo da evolução demográfica da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII apresenta-se como desafio a ser enfrentado necessariamente, pois o processo de ocupação do território torna-se, cada vez mais, o pano de fundo que deve ser esclarecido para permitir que as mudanças sociais e econômicas que foram ocorrendo ao longo desse século possam ser melhor compreendidas e interpretadas.

Na falta desta comparação, e sem pretensão de substituí-la, outro procedimento pode ser utilizado para justificar a premissa de que os dados obtidos através dos inventários em tela fornecem quadro de referência válido para o estudo da evolução econômica da Comarca do Rio das Velhas e, por extensão, da Capitania de Minas Gerais.

O procedimento alternativo é a demonstração do grau de concentração do domicílio dos inventariados no *sudeste* da Comarca, conforme o trabalho apresentado por bolsistas do CNPq sob o título: *A Comarca do Rio das Velhas: um perfil da ocupação rural nas Minas Setecentistas (1713-1776)*, em que visou-se, através de um estudo serial, identificar e analisar o uso da terra nas numerosas fazendas e sítios da Comarca focalizando os diferentes gêneros cultivados, a criação de animais, os instrumentos agrícolas e a mão-de-obra. Além disso tentou-se traçar um perfil sócio-econômico da região. Pode-se verificar no mapa abaixo, onde foi assinalada a distribuição dos tipos de imóveis registrados no conjunto de documentos cartoriais (1713 – 1776)⁶

QUADRO 1 – MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS NA
COMARCA DO RIO DAS VELHAS, 1713 e 1776



Tal distribuição evidencia a concentração do investimento na região da vila de Sabará e seu entorno. O limite da área mais ocupada economicamente é a Barra do Rio São Francisco em seu encontro com o Rio das Velhas, na região de Pirapora. Pode-se daí inferir que esta era a parte mais rica, mais dinâmica e mais povoada da Comarca no período em tela e que, conseqüentemente, os dados dos inventários de falecidos aí residentes podem ser lidos como representativos do quadro econômico dominante na região.

A representatividade desse conjunto de inventários pode ser medida também, por referência ao tamanho da população da comarca em 1776, conforme quadro apresentado por José Pedro Xavier da Veiga⁷.

QUADRO 2 – TABOÁ DOS HABITANTES DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS E DOS NASCIDOS E FALLECIDOS NO ANNO DE 1776

COMARCA	HOMENS				MULHERES				TOTAL DAS DUAS CLASSES	NASCERÃO	FALLECERÃO
	Branco	Pardo	Preto	Total	Branca	Parda	Preta	Total			
Villa Rica	7.847	7.981	33.961	49.789	4.832	8.810	15.187	28.829	78.618	1.914	1.839
Rio das Mortes	16.277	7.615	26.199	50.091	13.649	8.179	10.862	32.690	82.781	2.795	1.560
Rio das Velhas	8.648	17.011	34.707	60.366	5.746	17.225	16.239	39.210	99.576	2.501	2.270
Serro	8.905	8.186	22.304	39.395	4.760	7.103	7.536	19.399	58.794	1.734	1.075
Somma	41.677	40.793	117.171	199.641	28.987	41.317	49.824	120.128	319.769	8.974	6.844

Fonte: Veiga, José Pedro Xavier da. *Ephemérides Mineiras*, 1778. p.194.

Neste quadro verifica-se que a Comarca do Rio das Velhas é a mais densamente povoada e que parte da população qualificada para o registro em inventários é formada por homens brancos (8.648) e pardos (17.011) e mulheres brancas (5.746) e pardas (17.225), num total de 48.630 pessoas. Contudo ela não se iguala à população negra, é ligeiramente inferior. A “táboa” demonstra uma tendência ao crescimento quando analisa, no ano de 1776, o índice de nascimentos e óbitos. É bom lembrar que os dados do presente estudo se referem a um período anterior 1713-1763, cujas planilhas já integram o banco de dados. A predominância de brancos livres entre os inventariados

da Comarca do Rio das Velhas, 200, em relação aos forros, 28, fica bem demonstrada no quadro 3, que registra a sua condição jurídica, por décadas, no período coberto pelo presente estudo, isto é, 1713-1763.

QUADRO 3 – CONDIÇÃO JURÍDICA DOS INVENTARIADOS, POR DÉCADAS
(1713 – 1763)

DÉCADA	LIVRE	FORRO	DEMENTE	NÃO CONSTA	TOTAL
1713 a 1723	4	-	-	-	4
1724 a 1733	29	5	1	4	39
1734 a 1743	57	3	1	8	69
1744 a 1753	52	10	2	8	72
1754 a 1763	58	10	4	8	80
TOTAL	200	28	8	28	264

Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

De todo modo, o problema metodológico real colocado pelo grau de representatividade dos inventários não deve impedir que os mesmos sejam usados, com a cautela que for recomendável em cada caso, para a construção de séries de dados históricos que contribuam para aprofundar e ampliar o conhecimento de processos de organização e de mudanças em formações sociais específicas.

A parte dos inventários no *Banco de Dados Comarca do Rio das Velhas no Século XVIII* contém os seguintes campos:

- 1- identificação do inventariado (nome, local de nascimento, domicílio, nacionalidade, religião, profissão, estado civil, condição jurídica, número de filhos legítimos e não-legítimos);
- 2- patrimônio em bens imóveis, com identificação dos tipos de bens e seu valor monetário;
- 3- patrimônio em bens móveis, com discriminação dos tipos e respectivo valor monetário;
- 4- patrimônio em bens semoventes (animais e escravos), com respectivo valor monetário;
- 5- débitos e créditos pendentes do inventariado;
- 6- resultado dos bens no monte-mor e a partilha dos mesmos.

A simples enumeração desses itens de registro já indica, para o pesquisador, as promissoras e variadas possibilidades de agregação de séries de dados para estudos de história econômica e social.

Para explorar o tema proposto no presente trabalho foram utilizados 264 inventários, cobrindo o período entre 1713 e 1763. O corte temporal foi delimitado para permitir a exploração sistemática dos dados agrupados por décadas, já inseridos no banco de dados, sendo 1713 a data dos primeiros registros nos Cartórios de Ofícios da Comarca do Rio das Velhas. Quando o banco de dados estiver completo, a data da última leva de inventários registrados será 1799.

Vale relembrar aqui, como informação de interesse para os pesquisadores, que este banco de dados contém também uma parte de testamentos (2.200 documentos), cobrindo o período que vai de 1716 a 1799⁸.

A estrutura da economia na Comarca do Rio das Velhas, segundo os inventários registrados entre 1713 e 1763.

Cabe esclarecer, inicialmente, o que poderia ser chamado de “metodologia de apropriação” dos dados de inventários para um estudo de história econômica. Uma vez definido o tema central, a saber, a análise dos padrões de investimentos visando a identificar a estruturação das atividades econômicas e entre elas a atividade predominante, foi buscado nos inventários o tipo de dado apto a servir de referência para as agregações e desagregações dos demais dados considerados relevantes na exploração do tema proposto. Este dado fundamental, tomado como eixo central da análise, foi identificado no *monte-mor*.

No inventário, o monte-mor representa o valor monetário total do patrimônio acumulado pelo indivíduo ao longo da vida, valor este que será distribuído entre seus herdeiros, na partilha judicialmente determinada. O monte-mor expressa-se como dinheiro e não como somatório de bens materiais, mesmo que, na partilha, o herdeiro possa receber o bem material, tendo este sido previamente avaliado em seu preço, de acordo com o mercado⁹.

Assim sendo, o monte-mor pode ser tomado como indicador da fortuna pessoal e da parte do volume de capital disponível numa determinada formação social, capital

este que pode estar *fixado* em investimentos realizados sob a forma de propriedade de bens ou estar *em giro*, sob a forma de débitos e créditos¹⁰.

Por que tomar o monte-mor como eixo de análise de um estudo sobre a evolução econômica da Comarca do Rio das Velhas? Esta opção metodológica levou em conta tanto a natureza jurídica deste dado, quanto o modelo de organização do banco de dados utilizado.

Do ponto de vista de sua definição jurídica, o monte-mor é um dado oficial que registra o patrimônio conhecido do inventariado. Trata-se, então, de um dado idôneo sobre a fortuna pessoal. Sabemos que há sempre a possibilidade da fortuna não registrada, dos bens ocultados e da sonegação. No entanto, o patrimônio registrado constitui a parte maior e mais dinâmica do capital acumulado fixo ou em giro. Se assim não fosse, os mercados organizados não se sustentariam por muito tempo, já que dependem essencialmente de transações publicamente negociadas e asseguradas pelas leis.

Partindo desta premissa, pode-se considerar o somatório dos montes-mores e a evolução deste número ao longo do tempo como indicadores confiáveis de parte do processo de acumulação endógena de capital numa formação social específica.

Levando-se em conta, por outro lado, a organização do banco de dados, o monte-mor pode ser decomposto com vários graus de detalhamento no que se refere aos valores monetários dos itens que o compõem.

No caso em tela, o monte-mor é composto pela soma do valor empatado em bens móveis, imóveis e semoventes, descontados os débitos do inventariado, aí incluídos impostos devidos ao governo e dívidas particulares.

A partir desta composição, pode-se analisar padrões de investimento, identificando os percentuais de participação de cada tipo de bem no monte-mor. Este detalhamento foi feito por décadas e por faixas de riqueza até a última data permitida pelas planilhas já digitadas no banco de dados (1763).

A definição das faixas de riqueza partiu do que se poderia designar de “percepção do historiador” e que denota um volume acumulado de conhecimentos sobre o objeto de estudo, que permite ao pesquisador enunciar “hipóteses operativas” para encaminhar a pesquisa e orientar a análise dos dados.

Esta percepção pois, levou-nos à conclusão de que a primeira faixa deveria ter como valor superior 2 contos de réis, por ser esta quantia indicativa de patrimônio de certa faixa de indivíduos industriais, mas de baixa capacidade de investimentos maiores, quer em mineração, quer em comércio, quer na agricultura. A faixa com limite superior em 5 contos de réis denotaria outro patamar de investimentos (maiores e eventualmente mais diversificados). A faixa com limite superior em 10 contos já conteria “empresários” de monta, quer com concentração, quer com dispersão de negócios. A faixa acima de 20 contos indicaria o corte superior da riqueza, valendo a pena analisar a composição e a evolução do investimento nesta faixa, procurando aí identificar a direção dominante da economia na região mais rica da Comarca¹¹.

Os dados analisados e algumas conclusões preliminares

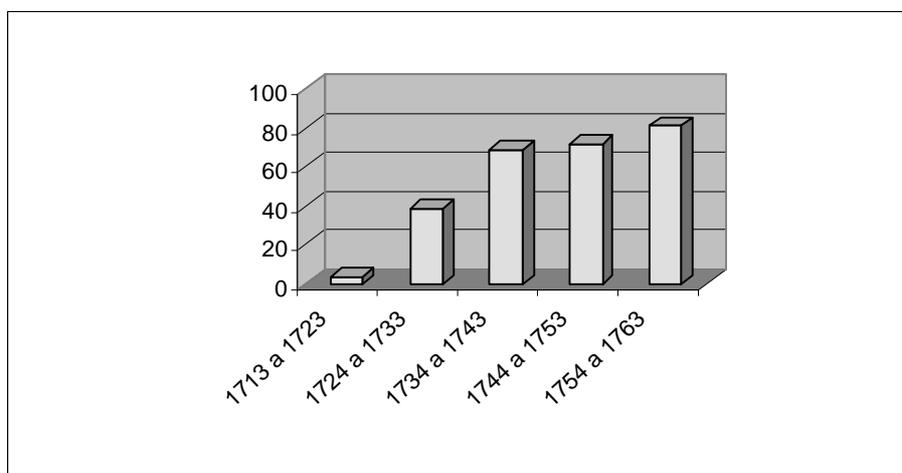
Enquanto há o aumento do número de inventariados (quadro 3) a média da riqueza encontrada parece cíclica. Verificou-se, contudo, que nas últimas décadas houve um aumento do número de forros bem como no daqueles cuja condição jurídica não foi identificada, isto pode ser responsável por tal variação

QUADRO 4 - VALOR ABSOLUTO DO MONTE-MOR, EM RÉIS, POR DÉCADAS (1713 – 1763)

DÉCADAS	1713 a 1723	1724 a 1733	1734 a 1743	1744 a 1753	1754 a 1763
Valor absoluto do monte-mor calculado em réis	7:185\$445	44:173\$277	238:051\$332	160:167\$395	286:747\$265

Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE INVENTARIADOS POR DÉCADAS



Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio Das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

Observe-se que o decréscimo no valor do monte-mor no decênio 1744-1753 não se explica por um número menor de inventários, indicando um refluxo no movimento das transações econômicas neste período. Ponto de pesquisa a ser explorado é, justamente, a razão desse refluxo: seria devido ao próprio movimento de atividade econômica ou a intervenções do governo português¹², que tiveram impactos no investimento ?

A evolução do monte-mor permite visualizar a distribuição da riqueza a partir de dois prismas: o da média e o da concentração.

Levando-se em conta o número de inventários por décadas, verifica-se que o valor médio da fortuna pessoal não variou muito entre o início do período (1713), quando a média estava em torno de 2 contos e 400 réis (2:000\$400), e no final (1763), quando esta média foi, aproximadamente, 3 contos e 600 réis (3:000\$600). Mas, um conto de réis (1:000\$000), que é o incremento registrado, comprava pelo menos 5 escravos homens no auge da produtividade, ou 5 sítios com benfeitorias na zona rural ou no entorno das cidades.

QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO MÉDIA DO MONTE-MOR, POR DÉCADA, 1713-

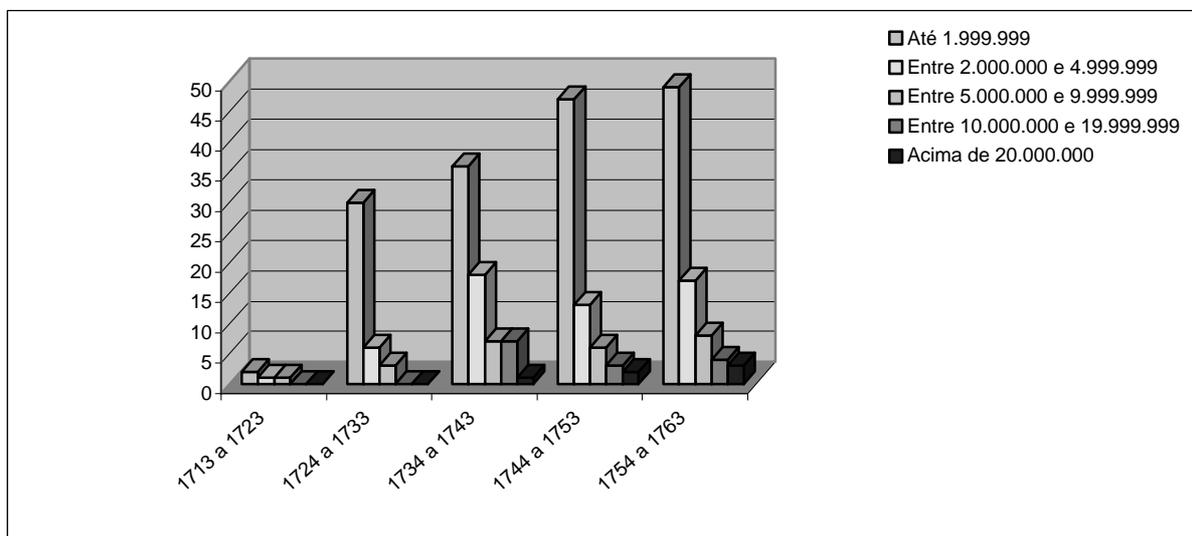
1763

DÉCADAS	NÚMERO DE INVENTÁRIOS	MONTE - MOR			
		VALOR BRUTO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÉDIO	VALOR MÁXIMO
1713 a 1723	4	7.185.445	2.021.875	1.796.361	5.163.570
1724 a 1733	39	44.173.277	13.200	1.132.648	8.125.680
1734 a 1743	69	238.051.332	39.500	3.450.019	21.828.000
1744 a 1753	72	160.167.395	96.750	2.224.547	25.237.134
1754 a 1763	80	286.747.265	97.461	3.584.341	64.000.000

Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

No que se refere ao grau de concentração da riqueza, os dados do monte-mor agregados por faixas indicam que alguns indivíduos enriqueceram mais e significativamente.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DO MONTE-MOR, POR FAIXAS DE FORTUNA, 1713-1763



Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

O gráfico mostra que há concentração de riqueza nas três faixas mais altas registradas. O movimento de concentração é claro a partir do terceiro decênio, denotando a dinamização de investimentos, correlata à consolidação da economia da mineração. O salto na riqueza acumulada no último decênio explica-se, em boa medida,

pela presença de pequeno número de inventariados muito ricos, mesmo que endividados.

O mesmo fenômeno de notável incremento no volume de capital acumulado na faixa entre 10:000\$000 e 20:000\$000 de réis no decênio 1734-1743, seguido de drástica redução no período seguinte, pode ser explicado, pela política de cobrança do imposto de capitação, que teve efeitos adversos no patrimônio dos donos de escravos.

Ponto a ser explorado de forma mais sistemática é, justamente, o padrão de investimento dos “milionários” do tempo.

QUADRO 6 - APLICAÇÕES DA RIQUEZA DOS INVENTARIADOS POR TIPOS DE BENS (1713 – 1763) – (%)

DÉCADA	ANIMAIS	ESCRAVOS	IMÓVEIS	PROFISSIONAIS E/OU PESSOAIS	TOTAL	DIVIDA ATIVA OU PASSIVA
1713 e 1723	2	50	24	14	100	10
1724 e 1733	4	87	28	10	100	-29
1734 e 1743	21	54	21	9	100	-5
1744 e 1753	15	55	26	9	100	-6
1754 e 1763	2	38	48	6	100	6

Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

Este quadro indica em que tipos de bens os inventariados investiam seus recursos. Os bens destacados são aqueles que as autoridades registravam no momento de computar o patrimônio que se apresentava como herança e como fonte de tributação. Só não está aí registrado o ouro em barra, ou em pó, por ser ele o meio para a aquisição de bens materiais e por estar submetido a uma legislação tributária separada. Note-se que a própria extração do ouro exigia organização da atividade econômica de apoio concernente à rotina da vida diária, ao abastecimento e ao transporte. Tal apoio expressava-se na produção e no comércio de bens e serviços, atividades essas ligadas à, ou decorrentes da mineração mas que tinham uma dinâmica própria.

O quadro patrimonial mostrado pelos inventários não permite isolar um tipo específico de atividade ou de investimento econômico. Mostra, no entanto, um padrão de composição da fortuna pessoal, a partir do qual pode-se tirar conclusões sobre os investimentos preferidos. Alguns desses, certamente, são motivados diretamente pela

rentabilidade da mineração, que foi a atividade econômica originadora da ocupação e exploração da Comarca do Rio das Velhas.

O quadro 6, portanto, indica que o bem mais valorizado como investimento foi o escravo, durante todo o período estudado. Mais da metade da fortuna dos inventariados concentrou-se nesse item.

O valor médio do preço do escravo, quer fosse homem, quer fosse mulher, não apresenta variação significativa no período estudado. O incremento significativo ocorre no número de escravos registrados nos inventários. No caso de escravos do sexo masculino, por exemplo, o número mais do que quadruplica entre 1733 e 1743 (3ª década) e aumenta cerca de 70% entre 1753 e 1763 (década final).

Levando-se em conta essas variações, pode-se inferir que a diminuição do número de escravos de propriedade dos inventariados, observável no decênio 1744-53, tenha decorrido de decisões de venda e alforriamento, motivadas pela imposição do imposto da capitação. Este vigorou entre 1735 e 1750. Costa Matoso registra o movimento de cobrança do imposto e o número de forros no período citado, oferecendo, assim, elementos para confirmar o tipo de cálculo que teria levado os donos de escravos a se livrarem de pesado encargo financeiro, de difícil sonegação naquela época. Cessada a política de captação, no entanto, os possuidores de fortuna voltaram a investir no escravo no decênio 1754-1763, agora pagando por ele preço bem mais baixo. Vale a pena lembrar a propósito dos cálculos de investimento, que a Lei da Trintena (1752) favorecia o possuidor de mais de 30 escravos livrando-o de penhora em caso de dívidas pessoais.

QUADRO 7 - PLANTEL DE ESCRAVOS, POR DÉCADAS (1713 – 1763)

DÉCADA	MASCULINO		FEMININO		TOTAL
	Quantidade	Valor médio em réis	Quantidade	Valor médio em réis	Quantidade
1713 e 1723	40	57.450	8	162.600	48
1724 e 1733	248	110.231	113	104.635	361
1734 e 1743	902	121.294	265	102.219	1167
1744 e 1753	678	108.538	196	90.083	874
1754 e 1763	1264	74.150	286	62.022	1550
TOTAL	3132	-	868	-	4000

Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

Este quadro mostra que, mesmo com a decadência da mineração (supondo-se que a maior parte dos escravos fosse empregada nessa atividade, o que é ponto de polêmica), o indivíduo possuidor de capital continuou a ver no escravo o investimento majoritário até a penúltima década. Veja-se o que ocorreu no decênio 1754-1763, já de diminuição do dinamismo da mineração: é o período em que se registra o maior número de escravos como patrimônio pessoal e os preços médios mais baixos. Ponto de pesquisa a ser mais detalhado: em que se ocupavam esses escravos durante todo o período estudado e, particularmente, na fase de decadência?

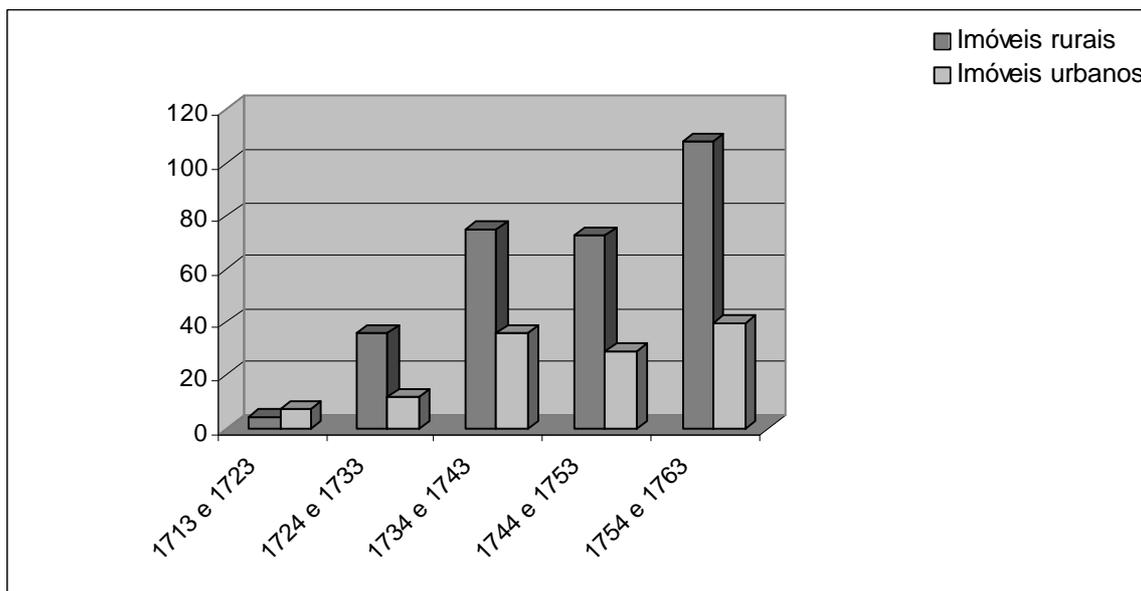
O segundo item de investimento majoritário eram os imóveis.

Cabe aqui esclarecer as situações concretas subsumidas na categoria geral *imóveis*. Trata-se aqui dos bens de raiz, ou seja, do terreno e benfeitorias nele contidas. Assim sendo, este ítem de investimento inclui casas de morada na cidade ou no campo, senzalas, engenhos, moendas, paióis, moinhos, bem como as terras *plantadas* ou registradas como capoeiras e sítios. A fazenda denotava a propriedade rural, com as benfeitorias que tivesse.

Este é um investimento já significativo no decênio 1734-1743 e no seguinte. Mas torna-se o maior ítem de investimento na última década estudada, 1754-1763, fase já de decadência da mineração. Este forte incremento – o valor empatado em imóveis mais do que duplica em relação ao decênio anterior (passa de menos de 6 contos para praticamente 16 contos de réis) – pode indicar o redirecionamento das atividades econômicas da Comarca no rumo da agricultura.

Na agregação dos dados relativos à distribuição dos bens de raiz, verifica-se a predominância dos imóveis rurais, como se pode comprovar pelo quadro abaixo.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS E URBANOS POR DÉCADAS (1713 – 1763)



Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

Não é possível identificar, com os dados disponíveis, as modalidades de utilização da propriedade rural. Um meio indireto, a partir dos inventários, que permite inferir que a atividade agrícola expandia na Comarca é dado pela parte de bens pessoais registrada como *estoques* e pelo patrimônio em rebanhos.

Desde o decênio 1734-1743 há investimento consistente em animais, destacando-se o plantel de bovinos. O valor em dinheiro empatado é maior no caso de eqüinos, mas o volume físico de bovinos pode indicar atividade pecuária local continuada, com produção de carne, leite e derivados para o abastecimento da região. Os cavalos e burros vinham de outras capitanias e eram animais raros e caros, utilizados como meio de transporte, nas zonas de mineração. O quadro abaixo mostra a evolução do plantel de animais, por tipos, registrados no patrimônio dos inventariados.

QUADRO 8 - VOLUME DO REBANHO, POR DÉCADAS (1713 – 1763)

DÉCADAS	BOVINOS	CAPRINOS	EQÜINOS	OUTROS	SUÍNOS
1713 e 1723	2	-	1	-	-
1724 e 1733	5	-	17	2	1
1734 e 1743	9751	88	977	3	164
1744 e 1753	20	4	31	2	11
1754 e 1763	32	4	52	5	17
TOTAL	9810	96	1078	121	193

Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

No que se refere aos *estoques* cabe esclarecer que são registrados no banco de dados como parte dos *bens móveis*, que representam o conjunto dos objetos pessoais e profissionais. A categoria *estoques* agrega os bens comerciáveis relatados no inventário, a saber, produtos agrícolas (como milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar) e artigos secos e molhados (como tecidos, por exemplo).

O dinheiro empastado em estoques é significativo nos decênios 1734-1743 e 1754- 1763. Infelizmente, não há como destacar, através do banco de dados, o que é estoque de produtos agrícolas e o que é artigo importado para comercialização local. Este dado poderá ser recuperado, no entanto, através das planilhas que deram origem ao referido banco de dados.

Um ponto a ser mais pesquisado refere-se ao crescimento significativo do investimento em instalações profissionais, que ocorre justamente no decênio em que há declínio no valor do monte-mor e no investimento em bens imóveis e em escravos. Tais instalações referem-se ao comércio e à prestação de serviços especializados, como é o caso, por exemplo, de ferraria, tanoaria, alfaiataria, ourivesaria, etc. O aumento deste tipo de investimento estaria a revelar uma estratégia alternativa de sobrevivência econômica em tempo de transição, associado à decadência gradual da atividade mineradora?

**QUADRO 9 - VALOR EM RÉIS DOS OBJETOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS,
POR CATEGORIAS, POR DÉCADAS (1713 – 1763)**

DÉCA-DAS	ESTOQUES	OUTROS	OBJETOS EM OURO E PRATA	UTENSÍLIOS PROFIS-SIONAIS	INDUMEN-TÁRIA	MÓ-VEIS	UTENSÍLIOS DOMÉS-TICOS	INSTALAÇÕES PROFIS-SIONAIS	MOE-DAS
1713 e 1723	444.375	173.250	163.125	66.750	59.250	42.000	24.000	-	-
1724 e 1733	137.540	541.900	1:427.015	69.650	1:045.960	204.390	108.110	7.500	650.520
1734 e 1743	14:132.741	1:205.690	2:614.462	950.544	1:192.375	403.645	854.590	330.100	187.200
1744 e 1753	144.762	262.487	1:146.921	1:128.855	1:323.075	463.265	618.222	1:0052.500	256.312
1754 e 1763	8:017.790	927.190	2:988.474	547.553	1:114.750	2:875.342	790.944	136.700	1:092.028
TOTAL	22.880.968	3.200.047	8.382.247	2.815.072	4.780.190	4.034.552	2.397.106	10.526.800	2.186.060

Fonte: Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. Projeto financiado pelas agências de fomento : CNPq, FAPEMIG e CPq/UFMG.

Estes dados mostram um aspecto interessante, relativo à posse de moedas. Apenas no último decênio estudado o “dinheiro vivo” guardado pelos inventariados tem alguma significação (cerca de um conto e cem mil réis). Se este dado é comparado com os créditos a receber pelo inventariado (tarefa de pesquisa a ser ainda feita de modo sistemático), verifica-se que muito da fortuna pessoal expressa como moeda estava realizada nas transações financeiras entre particulares. Na falta de bancos, tais transações eram cruciais para dinamizar o mercado.

Cabe assinalar, por fim, o incremento modesto, mas crescente, ao longo das décadas estudadas, do investimento em indumentária e mobiliário doméstico. Este tipo de consumo pode ser interpretado como indicador de preocupação com o conforto e com formas de expressão social de prestígio pessoal e familiar, sentimento próprio de indivíduos e grupos já sedentários, desligados do espírito aventureiro que caracterizou as fases iniciais de ocupação da região.

Conclusão

Este pequeno estudo com os dados do monte-mor pode evidenciar a utilidade e a riqueza de possibilidades de exploração que estão no *Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no Século XVIII* no que concerne ao aprofundamento do conhecimento da história de Minas Gerais e do Brasil no período colonial.

Por meio da sistematização de conclusões sobre padrões de investimento na Comarca do Rio das Velhas no século XVIII, fundamentadas nos dados retirados dos inventários, é possível descrever um quadro de evolução da economia e da riqueza nesta Comarca que contribua positivamente para o debate sobre a natureza da dinâmica da economia da capitania neste período de predomínio da mineração do ouro.

As seguintes conclusões são plausíveis e sustentadas pelos dados registrados nos inventários:

- 1- O investimento dominante no escravo do sexo masculino é consistente com o tipo de racionalidade do investidor que atua numa economia baseada no trabalho escravo. Este é o bem mais facilmente comercializável no mercado interno. Além disto, presta-se o escravo para todo tipo de atividades e transações próprias

de uma economia baseada em um produto principal, cuja exploração demanda a organização e continuidade de atividades de apoio (principalmente abastecimento, serviços artesanais e transporte). Quer fosse para a mineração, quer para a execução das atividades de apoio, quer por iniciativa do dono, quer por meio de aluguel de seus serviços, o escravo, principalmente o do sexo masculino, era o meio principal de produção da riqueza.

- 2- No entanto, o investidor na Comarca do Rio das Velhas valorizava também os bens de raiz. Procurava aumentar seu patrimônio em terra e a valorizava com benfeitorias que lhe permitiam outra modalidade de inserção na economia, além da atividade mineradora. Não se tem ainda um quadro sistemático de distribuição de sesmarias e datas levando em conta o conjunto da Comarca ao longo de século XVIII. Este quadro uma vez construído, indicará o grau de vinculação e de separação das duas economias – a de mineração e a agrícola na região em tela. Por ora, os dados dos inventários mostram que o crescimento da propriedade rural é consistente ao longo do “século do ouro” e que este movimento é acompanhado de investimentos em animais e em instalações profissionais que podem ser vistos como indicadores de diversificação econômica e de fixação da população no local. Os inventários mostram, também, que havia produção de alimentos essenciais para a subsistência cotidiana de homens e animais, indicando a expansão da atividade agrícola na região.
- 3- Estas modalidades de investimento indicam mentalidades flexíveis aos estímulos da economia. Os indivíduos empataavam seu dinheiro preferencialmente onde havia possibilidade de lucro e de enriquecimento. Nesse sentido, torna-se importante buscar o sentido do refluxo da riqueza observável no decênio 1744-1753 seguido de aumento, no decênio seguinte, de investimentos em instalações profissionais. A compra de escravos aumenta, mas a mineração está já em decadência. Como se rearranjava a economia da Comarca: este é tema de pesquisa a ser explorado.

Conclusão geral preliminar é que a região entrava, a partir da quinta década, numa fase de transição para outra de conjugação de atividades e investimentos. Nessa perspectiva, pode-se pensar num processo gradual de adaptação e complementaridade

entre a economia da mineração e a economia agrícola, bastante evidente em meados do século XVIII.

NOTAS:

¹ O *Banco de Dados Inventários e Testamentos da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII* está sediado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Foi idealizado pela Prof.a. Beatriz Ricardina de Magalhães, doutora em História pela Universidade de Paris, que continua a coordenar sua organização e implementação. Integram hoje este projeto os bolsistas Raphael Freitas Santos e Thiago Oliveira de Andrade e os colaboradores Ana Luiza de Castro Pereira e Michelle Martins Freesz. O trabalho de pesquisa que deu origem a este banco de dados foi realizado na Casa Borba Gato, arquivo documental do Museu do Ouro de Sabará, tendo sido financiado pelo CNPq, pela FAPEMIG e pelo CPq da UFMG.

² Desde a discussão quanto ao papel da agricultura praticada ou não ao longo do século, como subsidiária à economia mineradora ou como uma atividade paralela que teve realce apenas quando do declínio da mineração, até autores que afirmam a preeminência indiscutível da economia mineradora ao longo do século. Ver artigo de GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana N. “*Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*”. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte: UFMG (2) junho de 1986.

³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura*. 2ªed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.p.25.

⁴ Inventário é fonte primária de grande relevância para o uso da História Social. Constitui-se em documento significativo para o estudo da evolução da riqueza de uma população, além de portar um caráter semi-oficial da vida pública. De acordo com o Código Filipino (1603) tinham direito a inventário as pessoas livres e alforriadas quando da sua morte, e mesmo as pessoas vivas se consideradas dementes ou mentecaptas. No caso da existência de herdeiros menores de 25 anos, o Código estabelecia a necessidade da presença de um Juiz de Órfãos (Livro Vi, LXVII, parágrafo 2).

⁵ O debate metodológico sobre a representatividade dos inventários e testamentos como fontes de dados para estudos de história econômica e história social acha-se bem sistematizado nos ensaios escritos por Jean-Paul Poisson – *Histoire et Actes Notariés: problématique et methodologie* p. 17/30 – e Michel Vovelle – *Un préalable à toute histoire serielle: la représentativité sociale du testament (XVI – XIX siècles)* p. 257/277. Estes ensaios acham-se na publicação da Société Savante D’Alsace et Des Régions de L’Est, intitulada *Les Actes Notariés Source de L’Histoire Sociale – XVI-XIX siècles*, que reproduz as atas de colóquio realizado em Estrasburgo, em março de 1978. A edição é da Librairie Istra, Estrasburgo (1979).

⁶ O mapa aqui apresentado foi retirado do livro *Geografia Histórica da Capitania de Minas Geras*, publicado em 1776 por José Joaquim da Rocha. A edição utilizada é a publicada pela Fundação João Pinheiro, Coleção Mineiriana, 1995. A distribuição das propriedades, por tipo, no mapa, foi feita pelas bolsista de Iniciação Científica CNPq, Ana Luiza de Castro Pereira e Cláudia de Castro Oliveira sob a orientação da Profa. Beatriz Ricardina de Magalhães

⁷ Quadro 2 *trasladado literalmente do velho livro histórico manuscrito* e extraído da “Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais”, 1778 e publicado nas Ephemérides Mineiras, obra de José Pedro Xavier da Veiga. Ouro Preto, Imprensa Oficial. V.III, p.194.

⁸ O banco de dados de testamentos contém os seguintes campos: Localização do documento. Protagonista (filhos e herdeiros). Legados (pios e profanos). Sufrágios. Cerimonial. Bens móveis e imóveis. Débitos e créditos. Bens penhorados.

⁹ O dado relativo ao monte-mor aparece nos inventários sob uma dessas modalidades: a) valor total registrado oficialmente; b) valor líquido para partilha, após descontado as todas as despesas vinculadas ao processo do inventariado; c) valor calculado como soma dos valores registrados para os diversos tipos de bens. Na presente pesquisa, as três modalidades foram consideradas equivalentes, já que o monte-mor foi tomado como um indicador de parte do capital empatado ou em giro na Comarca e não sob o prisma dos cálculos para a partilha de herança.

¹⁰ Sobre este tema está sendo preparado um trabalho sob o título: “Vestígios do Capital Usurário Numa Comarca Mineira do Período Colonial – 1723-1754”, comunicação a ser apresentada no XIII Encontro da ANPUH Regional pelo bolsista do CNPq Raphael Freitas Santos.

¹¹ A moeda da época era o *real*, plural: réis. Sua equivalência em ouro variou entre 1\$100 (mil e cem réis) e 1\$500 (mil e quinhentos réis) ao longo do século XVIII; um mil mil réis compunham 1 conto de réis (1:000\$000). Na composição do banco de dados, tornou-se a oitava como valendo 1\$500 réis. Se se quiser avaliar a equivalência do real colonial como real atual, pode-se tomar o valor do ouro, em gramas, a saber: 1 oitava de ouro é igual a 3,6 gramas de ouro. Na cotação atual: 1 grama de ouro tem variado entre R\$ 70,00 e R\$80,00. Então, uma oitava de ouro variaria entre R\$2.500,00 e R\$ 2.900,00.

¹² *A capitação foi um dos métodos instituído pela Coroa portuguesa para a cobrança dos direitos reais sobre a exploração das terras minerais. Pela lei de 01/07/1735 o sistema foi implantado por 16 anos em substituição ao quinto. Para seu controle foram criadas, em Minas, 5 Intendências (recriadas), 4 em São Paulo e 2 na Bahia. Não era um imposto equitativo, apesar de ser limitado ao mercado de trabalho. Sobrecarregou o minerador cujos escravos nem sempre eram bem sucedidos na extração, além do que havia variações do seu plantel, quanto a idade, as condições de saúde e de gênero.* Extraído do SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da História Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa: Editora Verbo, 1994. Verbete CAPITAÇÃO, Beatriz R. de Magalhães, pp. 129,130,131.